



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

Aos 05 dias do mês de dezembro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações*
2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 141, 142 e 143, relativas aos dias 23 e 24 de outubro e 6 de novembro, bem como das atas n.ºs 8 e 9, respeitantes à visita de trabalho ao Distrito de Beja, nos dias 8 e 9 de outubro*
3. *Discussão e votação dos requerimentos do PCP e do PSD, que solicitam a audição do Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, sobre as dificuldades nos sistemas informáticos do SNS*
4. *Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita a audição da Ministra da Saúde, «a propósito da degradação da situação económico-financeira dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde»*
5. *Discussão e votação do Requerimento do PSD, que solicita a audição do Prof. Manuel Lopes «a propósito das circunstâncias que determinaram a sua cessação de funções nos cargos de Coordenador da Reforma do Serviço Nacional de Saúde para a Área dos Cuidados Continuados Integrados e de responsável pela Coordenação Estratégica do Projeto SNS+ Proximidade, e, bem assim, sobre o desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e das estratégias que o mesmo desenvolveu nos últimos anos, enquanto responsável do Ministério da Saúde»;*
6. *Redação Final relativa ao Projeto de Resolução n.º 882/XIII/2.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo a aplicação pelos profissionais de saúde de testes de diagnóstico de Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção»;*
7. *Redação Final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1702/XIII/4.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que desbloqueie a construção da nova Ala Pediátrica do Hospital São João (Porto)»;*
8. *Redação Final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1760/XIII/3.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo o reforço na resposta do Serviço Nacional de Saúde ao nível dos cuidados continuados»;*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

9. Distribuição, para efeitos de elaboração do Parecer, do Projeto de Lei n.º 1024/XIII/4.ª, do PS - «5.ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (Lei da Procriação Medicamente Assistida) - Adequa o regime de confidencialidade dos dados ao disposto no Acórdão n.º 225/2018, de 24 de abril de 2018, do Tribunal Constitucional»

10. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, da Proposta de Lei n.º 163/XIII/4.ª, da ALRAM - «Décima oitava alteração ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro»

11. Admissão e distribuição da Petição n.º 561/XIII/4.ª - «Pela contratação de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa para o Serviço Nacional de Saúde»

12. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, do Projeto de Lei 995/XIII/4.ª - iniciativa de cidadãos - «Manutenção e abertura de farmácias nas instalações dos hospitais do Serviço Nacional Saúde»

13. Distribuição, para efeitos de elaboração de parecer, do P.J.L. n.º 1029/XIII/4.ª, do PCP, sobre a «Lei de Bases da Política de Saúde»

14. Ponto de situação, pelos respetivos coordenadores, dos Grupos de Trabalho em curso no âmbito do processo legislativo e dos Grupos de Trabalho Temáticos

15. Discussão e votação do Parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 1007/XIII/4.ª (BE) - «Acesso à identidade civil de dadores de gâmetas por pessoas nascidas em consequência de tratamentos ou procedimentos de procriação medicamente assistida e criação de uma norma transitória para dâdivas anteriores a 24 de abril de 2018 (quinta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho)» e P.J.L. 1010/XIII/4.ª (PSD) - «Regime de acesso à informação sobre a identificação civil dos dadores no âmbito dos processos de Procriação Medicamente Assistida» - Autora do Parecer: Deputada Isabel Moreira

16. Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Grupo de Trabalho responsável pela preparação do lançamento do concurso do novo Hospital Central do Alentejo

17. Outros assuntos

12:00 Audiência com a Associação Portuguesa de Ortopistas (APOR)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

12:30 Audiência com o Dr. Augusto Magalhães, Presidente do Conselho Diretivo do Colégio de Oftalmologia da Ordem dos Médicos, e simultaneamente Presidente da Comissão de Estratégia Nacional da Saúde da Visão

1. Informações

A Vice-Presidente, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, informou que, por motivo de ausência do Presidente da Comissão, em trabalho parlamentar, este lhe havia solicitado que presidisse à reunião.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 141, 142 e 143, relativas aos dias 23 e 24 de outubro e 6 de novembro, bem como das atas n.ºs 8 e 9, respeitantes à visita de trabalho ao Distrito de Beja, nos dias 8 e 9 de outubro

As atas n.ºs 141, 142 e 143, de 23 e 24 de outubro e 6 de novembro e as atas n.ºs 8 e 9 da visita de trabalho de 8 e 9 de outubro foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação dos requerimentos do PCP e do PSD, que solicitam a audição do Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, sobre as dificuldades nos sistemas informáticos do SNS

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento do PCP, que solicita a audição dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde sobre as dificuldades na operacionalidade dos sistemas de informação dos estabelecimentos e serviços do SNS, o que tem acarretado constrangimentos e consequências para os profissionais e para os utentes.

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o requerimento do PSD, que solicita igualmente a audição dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, devido ao caos informático que se instalou no SNS, o que prejudica o adequado atendimento dos utentes, desgasta os profissionais de saúde e provoca escusados atrasos na realização das próprias consultas.

O Deputado João Marques disse aceitar que há conflitos entre sistemas informáticos e que estes são geradores de problemas, desde há muito. Sempre



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

que se introduzem alterações surgem constrangimentos, que geram ineficiências, mas nestes 3 anos substituíram-se inúmeros computadores e investiu-se para modernizar as redes.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou que votará favoravelmente os dois requerimentos. Tem estado atento a estes problemas e pensa que as audições fazem sentido.

A Deputada Isabel Galriça Neto acompanha os requerimentos, dizendo que sem prejuízo do que de positivo possa estar a acontecer, estes problemas resultam do desinvestimento, e não vale a pena invocar o passado para os justificar.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Discussão e votação do requerimento do PSD, que solicita a audição da Ministra da Saúde, «a propósito da degradação da situação económico-financeira dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde»

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro apresentou o [requerimento do PSD](#), que solicita a audição da Ministra da Saúde, sobre a «degradação da situação económico-financeira dos hospitais do SNS», fazendo uma súmula dos acontecimentos e factos que estão na base deste requerimento.

O Deputado António Sales considera que o PSD está já em campanha eleitoral e que este requerimento revela falta de sentido de oportunidade, pois a maioria das questões estiveram em discussão durante a especialidade do OE 2019. Propõe que seja feita uma ronda adicional no dia 12, em que terá lugar a audição regimental da Ministra.

O Deputado Moisés Ferreira não se opõe ao requerimento, mas lembra que ainda há pouco se discutiu o OE 2019 e o PSD não manifestou qualquer destas preocupações. Votará favoravelmente.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o que considera relevante é a falta de qualidade e de acesso à saúde, sendo que os portugueses recebem agora piores cuidados de saúde. Também pensa que esta audição deve ser articulada com a audição regimental prevista para dia 12.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Carla Cruz informou que o PCP votará favoravelmente. Entende que esta situação de dívidas a fornecedores do SNS não é de agora, mas não pode ser escamoteada. Propõe também que esta audição seja feita em ronda adicional, no dia da audição regimental.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, com a ausência do PEV, ficando acordado que esta audição teria lugar no dia 12 de dezembro, das 9 às 10h, antes de se iniciar a audição regimental.

5. Discussão e votação do Requerimento do PSD, que solicita a audição do Prof. Manuel Lopes «a propósito das circunstâncias que determinaram a sua cessação de funções nos cargos de Coordenador da Reforma do Serviço Nacional de Saúde para a Área dos Cuidados Continuados Integrados e de responsável pela Coordenação Estratégica do Projeto SNS+ Proximidade, e, bem assim, sobre o desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e das estratégias que o mesmo desenvolveu nos últimos anos, enquanto responsável do Ministério da Saúde»

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o [requerimento do PSD](#), que solicita a audição do Prof. Manuel Lopes a propósito da sua cessação de funções nos cargos de Coordenador da Reforma do SNS para os Cuidados Continuados Integrados e de responsável pela Coordenação Estratégica do Projeto SNS+Proximidade. Quando se pensava que todas as promessas sobre esta matéria iam ser cumpridas ocorreu esta demissão, pelo que se fica sem saber qual será o futuro nesta área crítica, que não se pode permitir que caia na ingovernabilidade.

A Deputada Catarina Marcelino disse considerar os cuidados continuados um pilar central da saúde, que há muito trabalho a fazer, mas a questão é complexa e agravou-se com o problema demográfico. Considera útil esta audição, mas não tem de haver ingovernabilidade quando alguém deixa um lugar, porque outra pessoa o assume.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou que votará favoravelmente este requerimento.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Isabel Galriça Neto realçou a importância desta área, que está com problemas gravíssimos. Há muitos aspetos que têm de ser melhorados e pensa ser útil ouvir o Prof. Manuel Lopes.

A Deputada Carla Cruz frisou também a importância da área dos cuidados continuados, pensando que a audição pode contribuir para esclarecer o trabalho futuro neste setor. A questão dos cuidadores informais é muito importante e a verdade é que o PSD não tem apoiado iniciativas do PCP, como foi a proposta de criação de um projeto piloto, que visavam contribuir para melhorar a situação.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, com a ausência do PEV.

6. Redação Final relativa ao Projeto de Resolução n.º 882/XIII/2.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo a aplicação pelos profissionais de saúde de testes de diagnóstico de Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção»

A redação final relativa ao PJR n.º 882/XIII/2.ª (PAN) foi fixada por acordo entre todos, com as sugestões da DAPLEN. O PAN havia enviado previamente o seu acordo.

7. Redação Final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1702/XIII/4.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo que desbloqueie a construção da nova Ala Pediátrica do Hospital São João (Porto)»

A redação final relativa ao PJR n.º 1702/XIII/4.ª (PCP) foi fixada por acordo entre todos, com as sugestões da DAPLEN.

8. Redação Final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1760/XIII/3.ª (PCP) - «Recomenda ao Governo o reforço na resposta do Serviço Nacional de Saúde ao nível dos cuidados continuados»

Relativamente às sugestões da DAPLEN relativas ao PJR n.º 1760, o PCP discordou das que dizem respeito à alínea a), aceitando as restantes, pelo que a redação final foi assim fixada.

9. Distribuição, para efeitos de elaboração do Parecer, do Projeto de Lei n.º 1024/XIII/4.ª, do PS - «5.ª alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (Lei da



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

Procriação Medicamente Assistida) - Adequa o regime de confidencialidade dos dados ao disposto no Acórdão n.º 225/2018, de 24 de abril de 2018, do Tribunal Constitucional»

Esta iniciativa não foi distribuída uma vez que está agendada para discussão no plenário de amanhã, dia 6 de dezembro.

10. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, da Proposta de Lei n.º 163/XIII/4.ª, da ALRAM - «Décima oitava alteração ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de janeiro»

A PPL n.º 163/XIII/4.ª ALRAM foi distribuída ao PEV, que indicará posteriormente o autor do parecer.

11. Admissão e distribuição da Petição n.º 561/XIII/4.ª - «Pela contratação de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa para o Serviço Nacional de Saúde»

A Petição n.º 561/XIII/4.ª foi distribuída ao PSD, que indicará posteriormente o relator.

12. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, do Projeto de Lei 995/XIII/4.ª - iniciativa de cidadãos - «Manutenção e abertura de farmácias nas instalações dos hospitais do Serviço Nacional Saúde»

O PJI n.º 995/XIII/4.ª foi distribuído ao PS, que indicou o Deputado Luís Graça para autor do parecer.

13. Distribuição, para efeitos de elaboração de parecer, do PJI n.º 1029/XIII/4.ª, do PCP, sobre a «Lei de Bases da Política de Saúde»

O PJI n.º 1029/XIII/4.ª foi distribuído ao PSD, que indicará posteriormente o autor do parecer.

14. Ponto de situação, pelos respetivos coordenadores, dos Grupos de Trabalho em curso no âmbito do processo legislativo e dos Grupos de Trabalho Temáticos

Este ponto da ordem do dia foi adiado.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

15. Discussão e votação do Parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 1007/XIII/4.ª (BE) - «Acesso à identidade civil de dadores de gâmetas por pessoas nascidas em consequência de tratamentos ou procedimentos de procriação medicamente assistida e criação de uma norma transitória para dádivas anteriores a 24 de abril de 2018 (quinta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho)» e P.J.L. 1010/XIII/4.ª (PSD) - «Regime de acesso à informação sobre a identificação civil dos dadores no âmbito dos processos de Procriação Medicamente Assistida» - Autora do Parecer: Deputada Isabel Moreira

A Deputada Isabel Moreira apresentou o seu parecer sobre os P.J.L. n.ºs 1007 e 1010, fazendo umas considerações gerais, referindo o objeto e a motivação das iniciativas, que se prende com a necessidade de ser desbloqueada a situação depois do Acórdão do Tribunal Constitucional, abordando o enquadramento constitucional, legal e antecedentes, remetendo a matéria de direito comparado para a Nota Técnica, eximindo-se de dar a sua opinião nesta sede e concluindo que as iniciativas reúnem os requisitos legais, constitucionais e regimentais para serem discutidas e votadas em plenário

A Deputada Ângela Guerra cumprimentou a Deputada autora do parecer, dizendo nada a ter a acrescentar ao que foi dito, e bem dito.

O Deputado Moisés Ferreira também cumprimentou pela factualidade do parecer, explicando porque são necessárias estas iniciativas.

As Deputadas Isabel Galriça Neto e Carla Cruz saudaram também a Deputada autora do parecer, que votarão favoravelmente.

Os considerandos e as conclusões do parecer foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

16. Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Grupo de Trabalho responsável pela preparação do lançamento do concurso do novo Hospital Central do Alentejo

O Deputado Válder Loios apresentou o requerimento do PCP, que solicita a audição do Grupo de Trabalho responsável pela preparação do lançamento do concurso do novo Hospital Central do Alentejo, uma vez que decorreram 8 meses desde a constituição do GT sem que se conheça o ponto de situação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

O Deputado António Costa da Silva disse que o PCP tem razão quando apresenta este requerimento, pois o GT não fez até agora nada, nada existe para que o Hospital possa ser uma realidade. O Governo disse que seriam usados capitais públicos e também que iria recorrer a fundos comunitários, mas ainda não há estudos, nem projetos, para que possa ser lançado o concurso internacional. O PCP percebeu que 2019 é ano de eleições, por isso o Governo poderá avançar.

O Deputado António Sales referiu que este é mais um número mediático do PSD, que entrou oficialmente em campanha eleitoral. Entre 2011 e 2015 o anterior Governo nada fez, nem o processo foi incluído no quadro comunitário. Viabilizará contudo o requerimento.

Os Deputados Moisés Ferreira e Isabel Galriça Neto anunciaram que votarão favoravelmente o requerimento.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, com a ausência do PEV.

12:00 Audiência com a Associação Portuguesa de Ortopistas (APOR)

Neste ponto da ordem do dia assumiu a condução dos trabalhos o Vice-Presidente, Deputado Moisés Ferreira, que deu início à audiência da APOR, tendo estado presentes, em representação da Associação, Isabel Almeida, Mónica Batista e Aldina Reis, presidente.

Isabel Almeida explicou as razões que estão na base deste pedido de audiência e deu conta das características do grupo profissional dos ortoptistas, que são licenciados (4 anos e um estágio hospitalar), sempre foram regulamentados pela ACSS e trabalham em articulação com os oftalmologistas, na vertente da visão, sem que haja qualquer conflito. Os ortoptistas são peritos na área da visão das crianças, mas hoje em dia alargaram-se as suas funções.

A Deputada Ana Oliveira agradeceu a exposição sucinta e esclarecedora, lembrando a importância da prevenção nesta área, designadamente os rastreios, e perguntando como vêm o desenvolvimento da profissão de ortoptista no futuro e se não entendem que o cerne da questão, no que respeita aos optometristas, é a falta de regulamentação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Marísabel Moutela frisou que considera inadmissível que exista atividade profissional sem estar regulamentada. Os optometristas têm licenciatura aprovada nos termos legais, têm cédula profissional e esta atividade tem de poder ser acomodada na sociedade, sendo urgente a sua regulamentação, o que acredita acontecerá até ao final do ano.

A Deputada Isabel Galriça Neto realçou que os cuidados de saúde têm de ser certificados e garantir-se a segurança dos cidadãos, o que tem de ser assegurado com a regulamentação. Perguntou quais os mecanismos de fiscalização dos vários intervenientes na saúde da visão.

A Deputada Carla Cruz disse que para o PCP é inequívoca a necessidade de regulamentar todas as atividades, pois é a única forma de garantir os direitos dos profissionais e a segurança dos utentes. Pensa que é ao Governo que compete fazer a regulamentação da atividade dos optometristas e só depois disso devem estar no SNS.

Mónica Batista considera que é unânime a necessidade de regulamentar todas as profissões, pensando que os optometristas não devem ser integrados no SNS sem discussão prévia, e lembra que as cédulas destes não são emitidas por entidade do setor da saúde e que há uns profissionais que são licenciados e outros que o não são. Primeiro deve-se regulamentar e depois ponderar a integração. No futuro os ortoptistas continuarão a trabalhar com os oftalmologistas, como sempre tem acontecido.

Isabel Almeida também perspetiva no futuro a continuação do trabalho dos ortoptistas em articulação com os oftalmologistas, lembrando a formação de base que têm e dando exemplos do que se passa noutros países.

Aldina Reis agradeceu a oportunidade de dar conta à Comissão de Saúde de quem são os ortoptistas, havendo 679 inscritos e mais 70 em formação, que concluirão o curso neste ano letivo. Distribuiu um documento sobre esta temática a todos os Grupos Parlamentares.

O Vice-Presidente agradeceu todas as informações prestadas.

O vídeo/gravação desta audiência pode ser acedido neste [link](#).



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

12:30 Audiência com o Dr. Augusto Magalhães, Presidente do Conselho Diretivo do Colégio de Oftalmologia da Ordem dos Médicos, e simultaneamente Presidente da Comissão de Estratégia Nacional da Saúde da Visão

Seguiu-se a audiência de Augusto Magalhães, Presidente do Conselho Diretivo do Colégio de Oftalmologia da Ordem dos Médicos e Presidente da Comissão de Estratégia Nacional de Saúde da Visão, que se fez acompanhar por João de Deus, representante do Conselho Nacional da OM e Mário Ornelas, representante da Direção da Sociedade Portuguesa de Oftalmologia.

Augusto Magalhães deu conta dos motivos que justificaram este pedido de audiência e fez uma intervenção inicial referindo o pensamento da Comissão sobre a Estratégia Nacional para a Saúde da Visão e o papel dos vários intervenientes. Explicou a metodologia apresentada pela Comissão e as propostas concretas elaboradas.

A Deputada Ana Oliveira valorizou o papel do Plano Estratégico na avaliação de prioridades e da situação da saúde da visão em Portugal. Sobre a questão dos optometristas perguntou se a formação que lhes é dada é a adequada e que estratégias poderão ser utilizadas para melhorar a sua formação profissional.

A Deputada Marisabel Moutela saudou o Plano sobre a estratégia nacional para a saúde da visão, pois pensa que é um documento riquíssimo e que oxalá pudesse ser cumprido rapidamente. A rede de cuidados da visão está assente na oftalmologia hospitalar, que não tem capacidade de resposta, pois, dos 1070 oftalmologistas existentes, mais de metade não estão integrados no SNS. É importante saber qual deverá ser o papel dos optometristas, perguntando se não entende que devem ser regulamentados, como poderiam ser enquadrados e como podem ser feitos rastreios com o número de oftalmologistas que existem no SNS.

A Deputada Isabel Galriça Neto reafirmou os pressupostos para os cuidados de saúde, que é haver regulamentação para os optometristas. Perguntou como poderão ser capacitados para estarem aptos a integrar o sistema da visão e se o setor privado não poderá colaborar.

A Deputada Carla Cruz realçou a importância dos rastreios, havendo assimetrias no país. Pensa que é preciso criar condições para que os



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

oftalmologistas fiquem no SNS. Pensa também que a profissão de optometrista tem de ser regulamentada, o que poderá ajudar a colmatar insuficiências, mas a regulamentação compete ao Governo.

Augusto Magalhães frisou que não se pode baixar o nível da qualidade da saúde da visão, dando exemplos de atos praticados por optometristas, para os quais não têm competência técnica. O contributo do setor privado terá de ser apenas pontual, pois existem muitas vezes conflitos de interesses. É preciso reformular carreiras, regulamentar os optometristas e só depois ponderar a sua integração no sistema.

João de Deus manifestou apoio à posição expressa pelo Colégio de Especialidade, acrescentando que a formação dos optometristas não é feita na área da saúde, mas da física, não tendo também estágio hospitalar. A segurança e a qualidade são fundamentais.

Mário Ornelas deu ainda algumas informações adicionais.

O Vice-Presidente agradeceu todas as informações prestadas.

O vídeo/gravação desta audiência pode ser acedido neste [link](#).

A reunião foi encerrada às 13:45 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 dezembro 2018.

A VICE-PRESIDENTE


(Maria Antónia Almeida Santos)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 144/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
José António Silva
Luís Graça
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
António Topa
Isabel Alves Moreira
Jamila Madeira
António Costa da Silva
Válter Loios

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Luís Soares
Luís Vales

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José de Matos Rosa
Miguel Santos

